




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO

O Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil, Geologia e Minas (C.E.E.C.G.M), Eng. Civil **ANTONIO CARLOS DO AMARAL RIBEIRO**, no uso de suas competências regimentais, conforme inciso IX do artigo 59 do Regimento Interno do CREA/MA, distribui para elaboração de relatório e voto fundamentado, o processo nº **2583646/2018 e outros da listagem em anexo** ao Conselheiro Regional:

	Eng. Civil VALDENER CASTRO SILVA
	Eng. Civil ARNALDO CARVALHO MUNIZ
X	Eng. Civil EURIDICE AMÉLIA REIS RABELO
X	Eng. Civil NAGIB ABRAHÃO DUAILIBE NETO
	Eng. Civil DAVI SANTOS RIBEIRO
	Eng. Civil RANYELLE RICARDO SANTOS
	Eng. Civil JOSÉ HENRIQUE CAMPOS FILHO
	Eng. Civil PAULO SERGIO SANTOS MOREIRA
	Geól. THIAGO VIEIRA MOREIRA
	Eng. Civil LUIS ANTONIO SIMÕES HADADE
	Eng. Civil RAIMUNDO XAVIER LIMA SILVA

São Luis, 06 de agosto de 2019


Eng. Civ. - Antônio Carlos A. Ribeiro
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 1113599162



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

Câmara Especializada:	ENGENHARIA CIVIL GEOLOGIA E MINAS
Referência:	AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 23948/2018 (Protocolo nº. 2583646/2018)
Interessado:	LN INCORPORACOES IMOBILIARIA LTDA

RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO

HISTÓRICO:

A empresa **LN INCORPORACOES IMOBILIARIA LTDA** foi autuada por **FALTA PLACA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA OBRA DE CONSTRUÇÕES DO IEMA DECOELHO NETO**, apresentou e solicitou deferimento de suas defesas, protocolada neste Conselho sob o n.º **2583646/2018**;

O processo em tela foi encaminhado a esta Câmara Especializada do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - CREA/MA para decisão do pedido e, analisando os argumentos de defesa e documentos anexados, tem-se as seguintes considerações:

CONSIDERAÇÕES:

CONSIDERANDO a Resolução nº. 1.008/2004-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades;

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida;

CONSIDERANDO que o Auto de Infração se deu em razão do Exercício Ilegal da Profissão por **FALTA PLACA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA OBRA DE CONSTRUÇÕES DO IEMA DECOELHO NETO**, datada de 17/05/2019.

CONSIDERANDO **que a autuada em sua defesa solicita o redução do valor da multa, mas não apresenta qualquer comprovação de fixação da placa, assim sendo as provas são insuficientes para o arquivamento;**

CONSIDERANDO que o fiscal possui fé pública, e este constatou *in loco* a execução dos serviços de engenharia realizados pela autuada;

CONSIDERANDO que a Resolução 1.047/13 do CONFEA, **revogou os artigos 7º e 8º e o inciso VIII do art. 47 da Resolução nº 1.008, de 09 de dezembro de tornando extinto o procedimento da Notificação Preventiva dando competência ao agente fiscal deste Conselho para a lavratura imediata do auto de infração;**

24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

CONSIDERANDO que a falta culminou na infração do art. 16 da Lei Federal nº 5.194;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 1.008 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia prevê que as multas devem ser aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina;

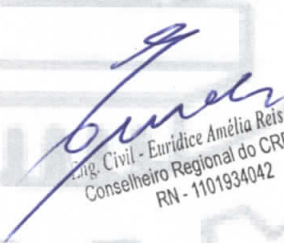
CONSIDERANDO que existe um grau de discricionariedade para o administrador na diminuição das respectivas multas quando atendidos os requisitos no artigo 43 da resolução 1008/04 do CONFEA;

VOTO:

Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, e análise da defesa, bem como inexistência de qualquer nulidade evidente, recomenda a **Manutenção da autuação nº 23948/2018**, por infração ao artigo 16 da Lei Federal nº 5.194/66, com APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA, prevista no Art. 73, alínea "a", da Lei 5.194/66. Recomendo ainda que, caso o autuado apresente a foto da placa, o valor original da multa poderá ser reduzido ao valor mínimo prevista na alínea "a" do ANEXO DA DECISÃO PL-1758/2017, R\$ 219,19 (duzentos e dezenove reais e dezenove centavos) com aplicação de juros e atualizações monetárias devidos.

É O VOTO.
AO COLEGIADO PARA DECISÃO.

São Luís - MA, 06 de ABRIL de 2019.


Eng. Civil - Euridice Amélia Reis Rabelo
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 1101934042



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

Câmara Especializada:	ENGENHARIA CIVIL GEOLOGIA E MINAS
Referência:	AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 23948/2018 (Protocolo nº. 2583646/2018)
Interessado:	LN INCORPORACOES IMOBILIARIA LTDA
Decisão de Câmara Especializada:	C.E.E.C.G.M Nº. 422/2019

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DEFESA ANALISADA. MANUTENÇÃO DO AUTO.

DECISÃO

A Câmara especializada de Engenharia Civil, Geologia e Minas reunida nesta data, e analisando o processo da empresa **LN INCORPORACOES IMOBILIARIA LTDA** foi autuada por FALTA PLACA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA OBRA DE CONSTRUÇÕES DO IEMA DECOELHO NETO, apresentou e solicitou deferimento de suas defesas, protocolada neste Conselho sob o n.º **2583646/2018**; O processo em tela foi encaminhado a esta Câmara Especializada do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - CREA/MA para decisão do pedido e, analisando os argumentos de defesa e documentos anexados, tem-se as seguintes considerações: **CONSIDERAÇÕES:** CONSIDERANDO a Resolução nº. 1.008/2004-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; CONSIDERANDO que o Auto de Infração se deu em razão do Exercício Ilegal da Profissão por FALTA PLACA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA OBRA DE CONSTRUÇÕES DO IEMA DECOELHO NETO, datada de 05/12/2018; CONSIDERANDO que a autuada em sua defesa solicita o redução do valor da multa, mas não apresenta qualquer comprovação de fixação da placa, assim sendo as provas são insuficientes para o arquivamento; CONSIDERANDO que o fiscal possui fé pública, e este constatou *in loco* a execução dos serviços de engenharia realizados pela autuada; CONSIDERANDO que a Resolução 1.047/13 do CONFEA, revogou os artigos 7º e 8º e o inciso VIII do art. 47 da Resolução nº 1.008, de 09 de dezembro de tornando extinto o procedimento da Notificação Preventiva dando competência ao agente fiscal deste Conselho para a lavratura imediata do auto de infração; CONSIDERANDO que a falta culminou na infração do art. 6º da Lei Federal nº 5.194/66; CONSIDERANDO que a Resolução nº 1.008 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia prevê que as multas devem ser aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina; CONSIDERANDO que existe um grau de discricionariedade para o administrador na diminuição das respectivas multas quando atendidos os requisitos no artigo 43 da resolução 1008/04 do CONFEA; Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, e análise da defesa, bem como inexistência de qualquer nulidade evidente, **DECIDIU** a Manutenção da autuação nº 23948/2018, por infração ao artigo 16 da Lei Federal nº 5.194/66, com APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA, prevista no Art. 73, alínea "a", da Lei 5.194/66. Recomendo ainda que, caso o autuado apresente a foto da placa, o valor original da multa poderá ser reduzido ao valor mínimo prevista na alínea "a" do ANEXO DA DECISÃO PL-1758/2017, R\$ 219,19 (duzentos e dezenove reais e dezenove centavos) com aplicação de juros e atualizações monetárias devidos.

Esta foi a decisão da maioria dos membros que votaram.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Luís - MA, 06 de agosto de 2019

São Luís - MA, 06 de agosto de 2019.

Eng. Civ. - Antônio Carlos A. Ribeiro
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN: 111359/162